

Título / Title: **Recensão: BEIRANTE, Maria Ângela – *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2014 (140 pp.)**

Autor(es) / Author(s): **António Martins Costa**

Universidade / University: **Universidade de Lisboa**

Faculdade e Departamento / Unidade de Investigação – Faculty and Department /
Research Center: **Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História /
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Centro de História da Sociedade e da
Cultura**

Código Postal / Postcode: **1600-214**

Cidade / City: **Lisboa**

País / Country: **Portugal**

Email: **antonio_martinscosta@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Direc. Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: IEM.

Disponível em:

<http://www2.fcsb.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA20/costa2008.html>

ISSN: **1646-740X**

Data de recepção do texto / Received for publication: 27 de Fevereiro de 2016



Recensão:

BEIRANTE, Maria Ângela – *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2014 (140 pp).

António Martins Costa

O presente trabalho corresponde a uma recensão crítica da obra intitulada *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*¹, dada à estampa em 2014, com a chancela editorial do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A obra constitui um interessante estudo da medievalista Maria Ângela Beirante acerca das corporações de mesteres em contexto urbano, dando sequência a outros trabalhos da autora sobre a história das cidades, nos quais vem abordando a organização socioeconómica, religiosa e político-institucional².

Esboçando um breve enquadramento historiográfico sobre o estudo das corporações de ofícios, constatamos facilmente como se trata de um tema que foi votado a um enorme desinteresse durante o século XIX e boa parte do XX, em grande medida devido a

¹ BEIRANTE, Maria Ângela – *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2014.

² Destacamos aqui, da mesma autora, conhecidos trabalhos de história urbana, tais como: BEIRANTE, Maria Ângela – "Capelas de Évora". *A Cidade de Évora*, n. 65-66 (1982-1983), pp. 21-43; Idem – "Confrarias e irmandades de Santarém". in *Associativismo, Património, História, Arqueologia. Actas do Colóquio organizado pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-cultural de Santarém*. Santarém: Fundação Passos Canavarro, 2003, pp. 239-256; Idem – "Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas". in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*. Vol. 2. Porto: Livraria Civilização, 2003, pp. 939-945; Idem – "Évora Medieval". in *Évora: História e Imaginário*. Évora: Ataegina, 1997, pp. 43-50; Idem – "O vínculo cidade-campo na Évora quinhentista". *A Cidade de Évora*, II série, n. 6 (2002-2006), pp. 87-95; Idem – *Santarém Medieval*. Lisboa, UNL, 1980. Idem – *Santarém Quinhentista*. Lisboa: ed. Autora, 1981.

preconceitos ideológicos e políticos: numa primeira fase, para os seguidores do liberalismo económico, que triunfou na Europa de Oitocentos, o modelo corporativo, associado ao Antigo Regime, era um alvo a abater; mais tarde, a partir da década de 1930, com o advento de regimes totalitários que defendiam um certo corporativismo social, a matéria, pela sua conotação, tornou-se igualmente indesejada. Porém, a partir da década de 1960, como sugeriu Maria Helena da Cruz Coelho³, a historiografia assumiu uma nova postura com o impulso da *Nouvelle Histoire*, desde logo pela renovação dos estudos de história económica, que se debruçaram sobre a produção de bens, assim como da história social, que deitaram um novo olhar sobre os seus produtores que, pelo menos desde o século XIII, viviam nas cidades agrupados em associações profissionais. Nessa sequência, o principal contributo foi-lhe prestado pelos estudos de história urbana, uma vez que foi com o desvendar deste mundo que se trouxe à luz do dia o valor da produção industrial e a importância dos mesteres na vida das cidades medievais. O tema da organização do trabalho e dos trabalhadores foi progressivamente adquirindo autonomia, tornando-se uma das matérias fracturantes da investigação histórica a partir da década de 1980 e, sobretudo, de 1990⁴.

A historiografia portuguesa acompanhou, *grosso modo*, estas tendências universais. Por meados do século XX quase só se contavam os estudos dos mesteres, de natureza institucional, de Lisboa, Porto e Coimbra, respectivamente da autoria de Marcelo Caetano⁵, Torquato de Sousa Soares⁶ e J. M. Teixeira de Carvalho⁷. Nos anos de 1960, a recuperação do tema dos mesterais pela história económica e social deixou a sua marca através de António Henrique de Oliveira Marques, na sua inovadora obra *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*⁸, assim como nos seus artigos "Mesterais" e "Indústria na Idade Média", no *Dicionário de História de Portugal*, onde

³ COELHO, Maria Helena da Cruz – "Municipal Power". in MATTOSO, José (dir.) – *The historiography of medieval Portugal, c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 210-211.

⁴ BEIRANTE, Maria Ângela – *Ao serviço da República e do Bem Comum...*, pp. 9-11.

⁵ CAETANO, Marcelo – "A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa". in *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1943, pp. XI-LXXV.

⁶ SOARES, Torquato de Sousa – "A representação dos mesteres na Câmara do Porto durante o século XV". *Revista de Cultura e Formação Católica*, n. 15 (1938), pp. 350-361.

⁷ CARVALHO, J. M. Teixeira de – *Casa dos Vinte e Quatro de Coimbra: elementos para a sua história*. Coimbra, Biblioteca Municipal, 1937.

⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. Lisboa, Sá da Costa, [1968].

Jorge Borges de Macedo escreveu a entrada, de igual valor, "Indústria na Idade Moderna"⁹. No final da década seguinte, em 1978, destacou-se o trabalho de Maria José Ferro Tavares que ousou perspectivar a importância dos mesterais no contexto da crise de 1383¹⁰. Apesar da publicação nos anos 80 de várias histórias gerais que consagraram algumas páginas aos homens dos mesteres, conforme se verificou também com o advento de estudos sobre algumas urbes¹¹, foi preciso esperar pela década seguinte para lograr contributos significativos. De facto, nos anos de 1990 evidenciaram-se diferentes trabalhos que vieram fazer luz sobre os ofícios medievais, como os de Maria Helena da Cruz Coelho¹², em relação ao trabalho nas urbes, de Ana Maria Rodrigues¹³ e Saul António Gomes¹⁴, acerca do artesanato, e de Luís Miguel Duarte¹⁵, em redor da actividade mineira. Parecem essas sementes ter frutificado no início do novo milénio com o interesse pelo estudo da produção industrial e da organização dos mesteres, conforme mostram os trabalhos de Luís Miguel Duarte, Maria da Conceição Falcão Ferreira¹⁶ e Amélia Polónia¹⁷. Nessa esteira, são sintomáticos os reflexos ao nível das teses académicas, como mostram os recentes trabalhos de doutoramento de Arnaldo de Sousa, intitulado *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320 – c. 1415*¹⁸ (apresentado à Universidade do Minho em 2009), e o de Joana Sequeira,

⁹ SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. 4 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1964-1968.

¹⁰ TAVARES, Maria José Ferro – *A revolta dos mesterais*. Sep. das *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978.

¹¹ ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA, Adelaide Milán da – "Medieval Portuguese Towns: the difficult affirmation of a historiographical topic". in *The historiography of medieval Portugal, c. 1950-2010...* p. 291. Destaquem-se, a título de exemplo, algumas das investigações de história urbana medieval dos anos 80 do século XX que, de algum modo, consideraram o peso da actividade dos mesterais nos espaços que estudaram: BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1988. Tese de Doutoramento; SILVA, Manuela Santos – *Óbidos medieval: estruturas urbanas e administrativas concelhias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1986. Dissertação de Mestrado.

¹² COELHO, Maria Helena da Cruz – "A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas". in *Homens, espaços e poderes, séculos IX-XVI*. Vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 37-59.

¹³ RODRIGUES, Ana Maria – "Les artisans au Portugal: état de la question". in *L'Artisan dans la Péninsule Ibérique*. Nice: Razo, 1993, pp. 21-26.

¹⁴ GOMES, Saul António – "Les ouvriers du bâtiment à Batalha". in *Ibidem*, pp. 33-51.

¹⁵ DUARTE, Luís Miguel – "A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média". *História, revista da FLUP*, 2ª série, vol. 12 (1995), pp. 75-111.

¹⁶ DUARTE, Luís Miguel; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – "La construction courante au Portugal à la fin du Moyen Âge et au début de l'Époque Moderne". in *L'edizilia prima della Rivoluzione industriale secc. XIII-XVIII*. Florença: Le Monnier, 2005, pp. 587-624.

¹⁷ De Amélia Polónia podem ler-se vários artigos em: MADUREIRA, Nuno Luís (coord.) – *História do Trabalho e das Ocupações*. Vol. 1. Oeiras: Celta, 2001.

¹⁸ SOUSA, Arnaldo de – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320 – c. 1415*. Braga: Universidade do Minho, 2009. Tese de Doutoramento.

designado *Produção Têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*¹⁹ (defendido na Universidade do Porto em 2012). Os mesterais parecem, definitivamente, ganhar espaço na investigação científica nacional.

É perante este quadro historiográfico que Maria Ângela Beirante se propõe acrescentar conhecimento com a obra *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. Como a autora refere na introdução, o livro surgiu na sequência da descoberta (inesperada), na Torre do Tombo, de um conjunto documental apenso a um caderno de capítulos especiais da Covilhã, relativo às Cortes de D. João IV de 1645-1646²⁰. Trata-se do regimento dos Vinte e Quatro dos Mesteres da vila da Covilhã, que data de 1535, correspondente a uma reprodução dos Vinte e Quatro dos Mesteres da cidade de Évora, de meados da centúria anterior. É em grande medida em torno desta documentação, que comporta um conjunto de diplomas atestando os privilégios alcançados pelos homens dos ofícios covilhanenses, acompanhados por vários autos de eleição, que a autora assume como objectivo da obra uma dupla abordagem das associações profissionais de Évora e da Covilhã nos séculos XV e XVI: por um lado, uma observação de carácter institucional, permitindo descortinar a importância política alcançada por aquelas organizações; por outro lado, tendo em conta as suas similitudes e diferenças, compreender o papel económico-social que desempenharam nas respectivas urbes²¹.

Para a persecução daqueles propósitos, Maria Ângela Beirante estruturou o seu livro de 140 páginas, a par da introdução e da conclusão, em três capítulos, seguidos de uma extensa bibliografia e de um valioso apêndice documental, onde se encontra transcrito o vasto conjunto documental recentemente encontrado do regimento dos Vinte e Quatro. A organização das partes do livro pressupõe, desde logo, uma sequência lógica, que nos apresenta antes a realidade das duas urbes para, depois, tratar o regimento: no primeiro

¹⁹ SEQUEIRA, Joana – *Produção Têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2012. Tese de Doutoramento. Esta investigadora, na esteira da sua tese de doutoramento, vem publicando vários trabalhos, de diferentes perspectivas, dedicados àquela indústria no nosso país, como é o caso do livro *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média* (Porto: Universidade do Porto Edições, 2014), ou ainda dos artigos "A companhia Salviati-Da Colle e o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV". *De Medio Aevo*, vol. 4, n. 1 (2014), pp. 47-62 e "A mulher na produção têxtil portuguesa tardo-medieval". *Medievalista* [Em linha]. N. 11 (Janeiro – Junho 2012).

²⁰ BEIRANTE, Maria Ângela – *Ao serviço da República e do Bem Comum...*, p. 15.

²¹ *Ibidem*, p. 15.

capítulo, intitulado "Os mesteres de Évora na Idade Média"²², a autora sugere uma observação dos trabalhos dos mesterais eborenses, cujo envolvimento na estrutura institucional do concelho nos finais da medievalidade serviria de modelo aos mesteres da Covilhã; no segundo capítulo, designado "A Covilhã medieval, uma entidade urbana em ascensão"²³, propõe-se o acompanhamento da evolução da vila beirã desde a *Reconquista* prestando especial atenção aos mesteres que a caracterizavam para, ao tempo do infante D. Luís, se compreender a outorga do regimento dos Vinte e Quatro; no terceiro e último capítulo, "O Regimento dos Vinte e Quatro dos mesteres de Évora e a sua adopção pelos mesteres da Covilhã"²⁴, Maria Ângela Beirante sugere um olhar sobre a fonte inédita, acompanhando numa primeira fase a conquista precoce de direitos por parte dos mesterais eborenses para, posteriormente, gizar um quadro socioeconómico dos mesterais da Covilhã que com o seu empenho e o patrocínio do infante alcançaram em 1535, nas palavras da autora, um "estatuto de maioridade"²⁵. Fazemos uma análise, ainda que de forma breve, aos resultados do trabalho por capítulos.

No primeiro capítulo, a autora convida-nos a recuar à cidade eborenses dos finais da Idade Média tomando por fontes, com balizas entre os meados do século XIII e os finais de Quatrocentos, milhares de documentos, essencialmente oriundos das chancelarias régias ou do arquivo municipal daquela urbe²⁶. Maria Ângela Beirante começa por identificar aqueles que, à luz da mentalidade medieva, estavam destinados a executar o trabalho braçal, por oposição à oligarquia urbana, conseguindo assim categorizar quase 3.000 homens por sectores de actividade, com os seus cálculos a sugerirem desde logo um claro predomínio do ramo secundário (70,4 %) sobre o primário (14,8 %) e o terciário (14,8%). Procurando-se conhecer esta grande parcela de mesterais, classificaram-se mais de 2.000 por profissões, permitindo desvendar com base nas referências directas dos documentos e nas marcas da toponímia a expressividade: por

²² *Ibidem*, pp. 17-56.

²³ *Ibidem*, pp. 57-76.

²⁴ *Ibidem*, pp. 77-104.

²⁵ *Ibidem*, p. 16.

²⁶ Note-se que este impressionante volume documental foi já tratado por Maria Ângela Beirante na sua tese de doutoramento, defendida em 1988 e dada à estampa em 1995: *Idem – Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

um lado, dos seus ramos de ofícios, destacando-se a área transformadora do couro²⁷; por outro lado, dos respectivos credos (cristãos, judeus e mouros), a partir dos quais, pese a supremacia dos seguidores de Cristo²⁸, se conseguem estabelecer culturalmente relações das minorias com determinados mesteres. A caracterização dos homens dos ofícios de Évora é ainda completada com o estudo do regimento tardo-medieval das procissões daquela urbe. Conforme nos é mostrado, aquele regimento espelha, pela ordem do cortejo, a forma como a sociedade se via a si mesma, com os mesterais, abaixo da oligarquia cidadina, a ocuparem hierarquicamente os lugares segundo critérios de especialização e competência técnica, clientela mais ou menos restrita, valor da matéria-prima trabalhada ou oferta de mão-de-obra²⁹.

Foi justamente perante uma elite urbana de oficiais, paladina da garantia do abastecimento da urbe, em prol de uma ideia de bem comum, que os mesterais viram as suas actividades objecto de controlo e regulação: primeiro, pelos almotacés, já datados do século XIII; depois, pela magistratura dos vereadores, ali instituída durante o governo de D. Pedro I; por fim, a partir do reinado seguinte, juntar-se-iam os vereadores, num claro processo de complexificação administrativa local³⁰. Maria Ângela Beirante defende que esta tendência "aristocratizante" do governo da urbe, com cada vez mais olhos postos na vigilância dos mesterais, conduziu à produção de completos regulamentos que enquadravam o funcionamento das suas actividades. Porém, como demonstra a autora, os mesteres mais estruturados conseguiam, ainda que bastante condicionados pela oligarquia, ir tomando parte na elaboração desses diplomas através dos seus vedores ou simples procuradores junto do poder municipal, sinal das suas aspirações políticas. São disso exemplo as chamadas Antigas Posturas, de finais do século XIV, e o Regimento da Cidade, das primeiras décadas de Quatrocentos, cujos índices versam em boa medida sobre o controlo de qualidade e o tabelamento de preços e salários dos mesterais que, como nos é dado a conhecer, alcançam sectores tão

²⁷ Ao grupo profissional da área do couro (20,3 %) seguem-se, quanto ao número de profissionais, por ordem decrescente: o da alimentação (18,5 %), o dos metais (18 %), o do vestuário (11,4 %), o dos têxteis (9,2 %), o da construção (6,6 %), o do barro (5,6 %), o da madeira (4,2 %), o da barbearia (2,9 %), o da cera e sebo (1,3 %), o das artes decorativas (1,1 %) e o da espartaria e cestaria (0,9 %). Veja-se: Idem – *Ao serviço da República e do Bem Comum...*, pp. 19-22.

²⁸ A autora, tendo em conta a referida amostra, descortinou 84% de cristãos, 13,1 % de judeus e 2,9 % de mouros. Veja-se: *Ibidem*, pp. 19-22.

²⁹ *Ibidem*, pp. 26-29.

³⁰ *Ibidem*, pp. 29-32.

distintos como: couros, alimentação, metais, têxteis, vestuário, construção, barro, espartaria e cestaria, cera e sebo e água e combustíveis³¹.

Já no segundo capítulo do livro somos transportados para a Covilhã medieval, acerca da qual Maria Ângela Beirante começa por traçar, com recurso a múltiplos documentos e estudos conhecidos, um interessante enquadramento histórico com início no período da *Reconquista*, no século XII. A autora estabelece desde cedo um paralelismo com a cidade de Évora, cujo foral servira de modelo ao primeiro da vila beirã, outorgado por D. Sancho I em 1186, tendo em conta uma idêntica realidade económico-social, então relacionada com a transumância. Dotada de um vasto termo, e animada em boa parte pelo comércio fronteiriço praticado nas suas feiras, a Covilhã é-nos apresentada como uma comunidade em franca consolidação até aos finais da Idade Média, evolução essa corroborada pelos estudos acerca das suas estruturas defensivas e religiosas, além das investigações de natureza institucional. Mas, como explica Maria Ângela Beirante, a notoriedade alcançada no século XV pela vila beirã – onde a coroa, a avaliar pelas inquirições de 1395, era grande proprietária – fez com que se tornasse objecto de sucessivas doações a grandes casas senhoriais, determinando o seu futuro: após a conquista de Ceuta de 1415, a Covilhã passou a integrar o senhorio do infante D. Henrique, prosseguindo junto da casa de Viseu até à decapitação do duque D. Diogo, em 1483, transitando para o património de D. Manuel, ainda duque de Beja³².

Todo este processo de consolidação da vila beirã baixo-medieval, nas palavras da autora, teve como "motor" os mesteirais³³. Apesar da escassez de fontes, foi possível obter relativamente ao período balizado entre os séculos XIII e XV – uma vez mais, com base quer nas referências directas da documentação, quer nos indícios dos topónimos – uma pequena amostragem de quase três dezenas de homens dos mesteres, a qual nos sugere um predomínio dos profissionais das peles e do couro (com oito mesteirais identificados, decerto relacionados com a economia ganadeira e pastoril da geografia serrana), seguidos pelos mercadores (seis), pelos mesteirais da alimentação (seis) e, por fim, pelos trabalhadores dos metais (três) e do barro (três)³⁴. Seria, porém,

³¹ *Ibidem*, pp. 32-56.

³² *Ibidem*, pp. 57-61.

³³ *Ibidem*, p. 61.

³⁴ *Ibidem*, pp. 61-66.

entre os finais de Quatrocentos e as primeiras décadas da centúria seguinte que a Covilhã acusaria uma expansão social e económico vertiginosa, conforme atesta a autora ao estabelecer nexos entre a inquirição de D. Manuel I de 1496, o foral manuelino de 1510 e o numeramento de D. João III de 1527. Na mira dos indicadores fiscais e demográficos daquelas fontes somos levados a constatar dados impressionantes como, por exemplo, os 223 256 reais recolhidos ao nível dos direitos régios naquela vila nos finais do século XV, colocando-a no segundo lugar de toda a Beira, à frente da Guarda e de Castelo Branco; ou os 3.500 habitantes urbanos e os 12.964 moradores rurais que residiam no concelho no início do segundo quartel de Quinhentos, fruto de um crescimento populacional de 71 % em trinta e um anos, que convertia a Covilhã no município no mais povoado de toda a comarca³⁵.

Esta extraordinária expansão nos alvares da modernidade deveu-se em boa medida, segundo este estudo, ao crescimento da já importante comunidade judaica local, num primeiro momento, após a expulsão castelhana de 1492, acabando os seus membros por se baptizarem e adoptarem nomes cristãos na Covilhã, na sequência da conversão forçada das minorias em Portugal em 1497. À situação fronteiriça, a vila aliava condições comerciais atractivas como a organização de conhecidas feiras e a isenção de portagens para os seus moradores por todo o reino, o que, na interpretação da autora, decerto terá convencido os judeus, entretanto cristãos-novos, que ali assumiriam um papel relevante no desenvolvimento dos mesteres da área do têxtil, em particular³⁶. Só tendo em conta esta realidade da vila, populosa e pujante, se percebe o alcance da sua doação ao infante D. Luís por seu irmão D. João III, justamente em 1527, num claro reconhecimento pelo papel político e militar ao serviço do reino daquele que ficou conhecido, nas artes e nas ciências, como um verdadeiro príncipe da Renascença³⁷.

Por fim, o terceiro capítulo do livro conduz-nos à observação do regimento dos Vinte e Quatro de Évora, que em Janeiro de 1535 os mesterais covilhanenses solicitam a D. Luís por modelo a instituir na vila beirã, na esperança de obterem um reconhecimento político condizente com o seu protagonismo económico. Obtido o assentimento do infante, como atesta o alvará de 30 do mesmo mês, aqueles estatutos vinham confirmar,

³⁵ *Ibidem*, pp. 66-71.

³⁶ *Ibidem*, pp. 66-71.

³⁷ *Ibidem*, pp. 71-76.

no dizer de Maria Ângela Beirante, a familiaridade de foros e costumes entre as duas localidades, a par da sensibilidade e o pragmatismo de D. Luís em relação à "coisa pública", por um lado, e da preferência da forma de organização dos mesteres de Évora sobre outras vilas e cidades pelos profissionais covilhanenses, por outro lado³⁸. É precisamente para melhor compreensão do decalque do Regimento dos Vinte e Quatro dos Mesteres da cidade alentejana para a Covilhã, com todos as liberdades e garantias que significava, que a autora trata separadamente o regimento, no contexto de Évora, para depois abordar a instituição do mesmo na vila beirã e a eleição dos primeiros Vinte e Quatro.

Segundo nos é dado a conhecer, o regimento eborense, transportado para a Covilhã pelo mercador Jorge Martins após o assentimento de D. Luís, compõe-se de uma vintena de documentos atestando os privilégios alcançados pelos mesteres de Évora durante um período situado entre os reinados de D. Duarte e de D. João III. A maior parte dos diplomas corresponde a benefícios dispersos outorgados pela coroa das mais diversas naturezas, de que são exemplo os mais antigos, que datam das Cortes de Leiria-Santarém de 1434, relativamente à generalização a todos os mesteres do pronunciamento na câmara sobre a justa valia dos produtos a almotaçar e à reafirmação a todos os oficiais da cidade para assegurarem carneiros em número suficiente para garantir carne em abundância para o povo, assim como almotacés para a distribuir equitativamente³⁹. Porém, outros documentos há mais estruturantes, segundo a autora, como é o caso daquele que data de 1 de Agosto de 1451, atestando uma reunião em que vinte e quatro mesteirais, em representação dos mesteres da cidade, constituíram um regimento para ordenar novos estatutos e eleger seis pelouros (por cada seis anos, em cada qual exerceriam um secretário e um tesoureiro) para administrar a bolsa que pagaria o serviço de escolta de prisioneiros e o de transporte de dinheiros régios. Mas, como encerram as disposições, aqueles procuradores não se limitavam a administrar a bolsa, estando igualmente investidos na função, institucionalmente (bem) mais importante, de representação em Cortes, fazendo ouvir a voz do povo em paralelo aos antigos procuradores concelhios – a presença dos procuradores do povo miúdo de Évora nas Cortes de Lisboa de 1439 leva Maria Ângela Beirante a sustentar que esta

³⁸ *Ibidem*, pp. 77-79.

³⁹ *Ibidem*, pp. 79-82.

prerrogativa dos mesterais eborenses remontaria, no mínimo, ao governo de D. Duarte⁴⁰. Nesta esteira, outro diploma de suma importância, que cabe aqui destacar, será aquele que foi apresentado nas Cortes de Lisboa de 1459 pelo povo miúdo, através do qual os mesterais obtêm de D. Afonso V o direito de estar na câmara em vereação com os oficiais do concelho, passando a intervir (permanentemente) no governo local⁴¹. Contudo, como é dado a conhecer pelos demais diplomas, estas conquistas dos homens dos mesteres foram objecto de grande resistência por parte da oligarquia urbana, que nas Cortes de Évora de 1490, quando D. João II precisou do apoio dos procuradores das vilas e cidades para o casamento do príncipe herdeiro, conseguiu da coroa que os procuradores do povo deixassem de estar em vereação, situação que só será revertida completamente após alvará de D. João III, em 22 de Julho de 1529⁴².

Ao abordar a implantação do regimento na Covilhã, em cuja câmara o instrumento foi recebido a 14 de Fevereiro de 1535, Maria Ângela Beirante detalha-nos o interessante acto formal da eleição dos Vinte e Quatro dos Mesteres na vila beirã, na presença do juiz de fora (em representação do infante) e após chamada por pregão⁴³. Para uma representação equitativa, a autora salientou como se dispôs que os profissionais dos ofícios fossem escolhidos em proporção aos mesteres da vila, resultando da eleição: quatro mercadores, dois paneiros, dois tecelões, dois tintureiros e tosadores, um surrador, dois ferreiros e ferradores, um ourives, três almocreves, um moleiro, um pedreiro e um oleiro⁴⁴. Ficamos ainda a saber como os vinte e quatro eleitos, que juraram sobre os Evangelhos "em maneira que por sua mingoa e negligencia a dita Republica nem pouo desta uilla não Receba detrimento nem perda alguma"⁴⁵, passaram a votar os dois procuradores que os representariam na vereação naquele ano ano, bem como os pares que lhes sucederiam nos cinco anos seguintes – note-se que se previa, para evitar vícios ou corrupções, a tiragem à sorte do pelouro que ia ser atribuído à dupla em exercício no início de cada ano. Embora só conheçamos registos de eleição até 1552, a autora mostra-nos como não tardou em manifestar-se a estrutural oposição da oligarquia urbana, dinâmica essa que, de resto, se perpetuaria

⁴⁰ *Ibidem*, pp. 82-84.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 88-89.

⁴² *Ibidem*, pp. 91-92.

⁴³ *Ibidem*, pp. 92-93.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 93-95.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 94.

durante muito tempo, o que Maria Ângela Beirante chega a atestar com recurso a documentação das Cortes de 1641⁴⁶.

Por último, somos levados por uma caracterização económico-social dos fundadores da instituição dos Vinte e Quatro da Covilhã. Analisando a lista dos mesterais presentes na eleição inicial de 1535, bem como o número de representantes eleitos por sectores profissionais, a autora sustenta detalhadamente a preponderância do sector do têxtil, da produção à comercialização, salientando o importante papel que os cristãos-novos terão assumido nesta área – teria mesmo partido dos profissionais deste ramo, de acordo com a mesma interpretação, a solicitação do regimento ao infante D. Luís. Por oposição, Maria Ângela Beirante destaca pela fraca representatividade nos primeiros Vinte e Quatro a pouca expressão de alguns mesteres na vila, como sucedia ao nível dos couros e dos metais, assim como na alimentação, com estas necessidades a serem supridas pelos almocreves, cujo grupo apresentava até alguma dimensão. Na esteira da autora, certo é que a partir de 1535, e até pelo menos o terceiro quartel do século (aquando da grande perseguição inquisitorial), a Covilhã alcançou o seu auge na transformação e venda de produtos da área dos têxteis, tornando-se uma referência no contexto de toda a comarca e do próprio reino⁴⁷.

Em jeito de conclusão, podemos afirmar com segurança que o livro *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*, de Maria Ângela Beirante, veio fazer luz no quadro historiográfico nacional no que diz respeito à investigação sobre os mesterais na Idade Média. Tomando por objecto as urbes de Évora e da Covilhã, aqui relacionadas pelo regimento dos Vinte e Quatro dos Mesteres, a autora traçou e fez um estudo bastante completo, com abordagens de natureza económica, social e institucional em torno dos profissionais dos ofícios entre os finais da medievalidade e os alvares da Idade Moderna. Estruturado com clareza, o trabalho apresenta uma escrita simples ao nível do texto, tantas vezes acompanhado de quadros que sistematizam a informação tratada, facilitando assim a assimilação da matéria pelo leitor. Para o público académico, em particular aquele que investiga nas áreas da história urbana, económica ou social, serão

⁴⁶ *Ibidem*, p. 97.

⁴⁷ *Ibidem*, pp. 99-104.

certamente bons pontos de partida as imensas notas de rodapé que sustentam o texto e que remetem para uma plêiade de fontes, boa parte delas de arquivos nacionais e municipais, para além de um vasto conjunto de estudos, portugueses e estrangeiros⁴⁸.

Em suma, através desta metódica investigação ficou claro como a afirmação dos mesterais eborenses conduziu, no século XV, à obtenção de um amplo conjunto de privilégios políticos, garantidos juridicamente pela coroa, os quais seriam adoptados pelos homens dos ofícios da Covilhã, após o assentimento do infante D. Luís, no início do segundo quartel de Quinhentos, quando o protagonismo dos seus mesteres reclamava também uma maior intervenção institucional. Em boa medida pelo seu papel económico, como se demonstrou com todo o rigor, os mesterais lograram impor-se, numa dinâmica que os opunha tendencialmente às oligarquias urbanas, conseguindo assim numa e noutra comunidade o almejado assento nas vereações municipais e, mais ainda, a representação do povo miúdo em Cortes. Por conhecer ficou, como concluiu a autora, por falta de fontes, a forma – decerto maleável – como se terá aplicado o regimento dos Vinte e Quatro eborense na vila beirã, tendo em conta as diferenças na organização dos trabalhos: enquanto na cidade alentejana os mesterais eram essencialmente fabricantes, como os profissionais do sector do couro, na Covilhã o grosso dos homens dos ofícios poderia ser ou não corresponder a fabricantes, como era o caso dos mercadores e dos paneiros, não devendo por isso estar sujeitos às mesmas restrições lucrativas⁴⁹. Porém, com este estudo, para além dos contextos estudados, espera-se chamar à atenção da historiografia nacional para a importância dos homens das "artes mecânicas", que, de acordo com a filosofia medieval, eram considerados como parte integrante dos pés que sustentavam a sociedade e que, como tal, carregavam uma missão importante na consecução do bem-comum⁵⁰.

⁴⁸ *Ibidem*, pp. 131-140.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 106.

⁵⁰ *Ibidem*, pp. 107-108.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Referência electrónica:

COSTA, António Martins – “Recensão: BEIRANTE, Maria Ângela – *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2014 (140 pp.)”. *Medievalista* [Em linha]. N. 20 (Julho – Dezembro 2016). [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA20/costa2008.html> ISSN 1646-740X.

